

10 DE JUNHO

Com a permissão do autor, transcreve-se, na íntegra, o discurso proferido pelo Combatente VICTOR MANUEL TAVARES RIBEIRO, na homenagem pública prestada aos Combatentes mortos pela Pátria, no dia 10 de Junho, junto do Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Lisboa:

COMBATENTES:

Vão cumprir-se, em 1995, vinte anos sobre os episódios finais da aventura ultramarina de Portugal, concluída com a descolonização. Esta aventura iniciou-se com a conquista de Ceuta em 1415 e com a descoberta das Ilhas do Arquipélago da Madeira, nos anos seguintes, sob o impulso do Infante D. Henrique, cujo sexto centenário do nascimento também agora se comemora.

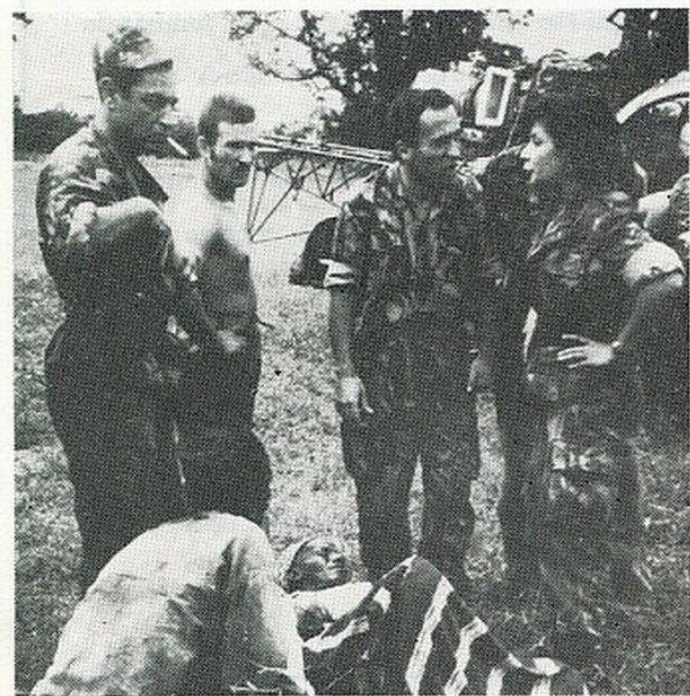
Precisamente daqui, desta margem do Tejo, entre todos o rio do Império, deste cais e desta barra, largaram, por séculos, os navios que transportaram os marinheiros, os soldados, os missionários, os comerciantes, os funcionários que deram a conhecer a cruz e espalharam pelo Mundo a língua e as leis de Portugal.

Séculos volvidos, aqui bem perto, junto ao Monumento aos Heróis da Navegação e da Conquista, viriam acumular-se os contentores, os caixotes, os restos, dos portugueses foragidos de África.

Voltaram também os soldados, cabisbaixos e sem honra, nem glória.

Voltavam as bandeiras que tinham flutuado na Guiné, em Angola, em Moçambique, em Timor, em Cabo Verde e em São Tomé, depois de arriadas entre assobios, ou apressada e discretamente embrulhadas, e, acolhidas sem dignidade.

Evitar a grande tragédia política e humana em que se tornou o regresso precipitado de centenas de milhares de compatriotas



fugidos em aviões e navios, e o abandono a uma sorte perversa das populações que há séculos se abrigavam sob a nossa soberania, fora a missão das Forças Armadas Portuguesas, nobre e corajosamente conseguida por várias gerações de militares.

Mas para além desse esforço militar, vivido por todos nós, de armas na mão, ou em função dos que as levavam, um esforço que se manteve, independentemente das oscilações do poder político, a acção dos militares portugueses em África, entre 1961 e 1974, contribuiu, ao garantir a ordem, a lei, a segurança das populações locais, para o maior surto de desenvolvimento da História de Angola e de Moçambique, do qual aliás, foram protagonistas relevantes, as próprias unidades militares, auxiliando decisivamente na construção de infraestruturas, na cobertura educacional e sanitária das populações.

Esta acção profundamente patriótica e humanitária, ultrapassava as ideologias e intenções de quaisquer governos, integrando-se numa longa tradição nacional voltada para os espaços atlânticos e africanos, onde, desde o século XV, sempre se procurou o equilíbrio à vulnerabilidade e debilidade do país no continente europeu. Foi uma atitude nacional, que não se interrompeu, apesar de uma História política cheia de vicissitudes a partir do século XIX, com guerras civis, golpes de estado e mudanças de regime.

O profundo vazio criado pelo abandono de Portugal e, sobretudo, o modo como ele se fez, entregando o poder político aos grupos julgados ideologicamente afins dos que, por via revolucionária, depois rejeitada pelo povo português, se tornaram donos temporários do poder em Lisboa, vitimou criminosamente os povos de além-mar, da Guiné a Timor alvos das tiranias, das guerras civis, das invasões.

Foi para evitar esta tragédia que combatemos.

E fomos todos combatentes de Portugal, gentes de Timor, de Macau, do Minho, das Beiras, do Alentejo ou do Algarve, de Cabo Verde ou de Angola, de Moçambique ou da Madeira, da Guiné ou dos Açores.

Hoje aqui estamos de novo, irmanados pela bandeira, pela camaradagem, pelo sangue, pelo amor às mesmas terras, que fecundámos com o nosso suor e o nosso sangue.

Somos de todas as condições sociais, de todas as profissões, de todas as raças e de todos os credos religiosos.

Somos todos ainda e sempre Portugueses.

O milagre, a força de Portugal, foi manter-nos juntos, unidos e solidários, numa unidade e poder que o Mundo respeitava e que mantinha o equilíbrio na África Austral.

Para que serviu esse esforço? Talvez os responsáveis políticos de então, não o tenham sabido explicar e justificar perante o povo português, que o pagava, com dinheiro e sangue. Mas hoje, sabemos-lo em cada dia, com o desfiar das notícias que nos chegam dos países da África Lusófona e de Timor: das guerras civis, dos massacres étnicos, das experiências totalitárias, da corrupção dos dirigentes, do sofrimento das populações.

Sabêmo-lo pelos que morrem, pelos que fogem, pelos que ainda têm esperança e se querem desesperadamente acolher a Portugal.

O esforço militar dos combatentes portugueses no terreno destinava-se a permitir que o poder político encontrasse soluções

políticas — no interesse dos povos dos territórios ultramarinos, de Portugal e dos Portugueses.

Terá o regime anterior pecado por falta de iniciativa ou de imaginação nesta matéria, conduzindo a uma crise de liderança e de consciência que afectou a sociedade portuguesa e à sua imagem os vários escalões das Forças Armadas.

Mas, o que independentemente de tal juízo se sustenta e se pode provar, é que, em 26 de Abril de 1974, nem a situação militar na Guiné, em Angola ou em Moçambique, justificavam a política de facto consumado, de entrega pura e simples a que se procedeu, a partir daí, nem o povo português, no Continente ou no Ultramar, foi democraticamente consultado sobre a matéria. E nada justificava as unidades amotinadas, os militares patriotas saneados ou transferidos, os actos de cobardia e de deserção, tudo estimulado e multiplicado pelos partidos ao serviço de interesses estrangeiros ou de demagogia esquerdista radical, no propósito conseguido de consumir o drama.

Nunca se justificará a vergonhosa traição — sobretudo na Guiné — aos que serviram nas Forças Armadas Portuguesas, e justo é recordar o valoroso Batalhão de Comandos da Guiné, abandonado ao fuzilamento, sem qualquer intervenção ou gesto da parte do Governo de Lisboa.

Nem se justificaram os actos de manifesto conluio com o inimigo em Moçambique, fornecendo-lhe informações detalhadas sobre quando e onde deviam ser atacadas as unidades Portuguesas.

Ou em Angola, a política deliberada de terra queimada de aterrorizar e levar ao êxoto a população de origem europeia, criando o vazio social.

Estes actos, não só porque contrários aos interesses dos portugueses, e das populações ultramarinas, mas pela forma conspiratória, cobarde e traiçoeira como foram praticados, envergonharam, no período as Forças Armadas Portuguesas, que não podem nem devem ser, no entanto, confundidas com a minoria activista política que, à moda dos soviéticos ou conselhos revolucionários, assumiu a sua manipulação e levou por diante — sob os auspícios de um poder político que o povo português viria a rejeitar — a descolonização.

Foi por certo conscientes da gravidade e da responsabilidade histórica de tais actos que os seus autores morais e materiais os pretenderam encobrir, caricaturando, caluniando e confundindo o esforço nacional em África, que foi pintado como uma guerra sem justiça nem sentido, um capricho da ditadura, um crime absurdo contra o povo de Portugal e das «Colónias».

Foi a intoxicação mediática prolongada, levada a cabo por essa minoria ideológica, o clima de terrorismo psicológico que ajudou a uma «descolonização» feita de modo secreto, arbitrário e não democrático.

A este período, seguiu-se um longuíssimo silêncio, cobertura mentirosa dos acontecimentos ligados à colonização, à guerra de África, à descolonização, destinado a criar um complexo de culpa entre os que aí tinham estado, combatentes ou não.

MAS A TRAIÇÃO É OFENSA QUE A MEMÓRIA DE UM POVO NUNCA ESQUECE

E quando, agora mesmo, no processo público que a inauguração deste Monumento em Janeiro iniciou, e que se prosseguiu nos debates sobre os «Vinte Anos do 25 de Abril», se começa a fazer alguma luz, a repôr justiça e verdade sobre a guerra do Ultramar e a «descolonização».

COMBATENTES:

Mostrámos, ao servirmos com risco de vida e com sacrifício dos nossos interesses pessoais legítimos — família e carreira — que temos sentido do bem comum e que somos capazes, coerentemente, de o servir.

Não queremos ser tratados como cidadãos privilegiados, que não nos consideramos, mas exigimos, sendo portugueses como todos, o respeito e o reconhecimento devido a quem abdica de si para servir o interesse comum.

Devem os poderes públicos, conscientes da importância social e nacional dos combatentes, e especialmente dos problemas ligados àqueles que ficaram feridos, traumatizados ou incapacitados, criar estruturas que, a nível da administração do Estado, estejam preparadas para lidar com tais problemas.

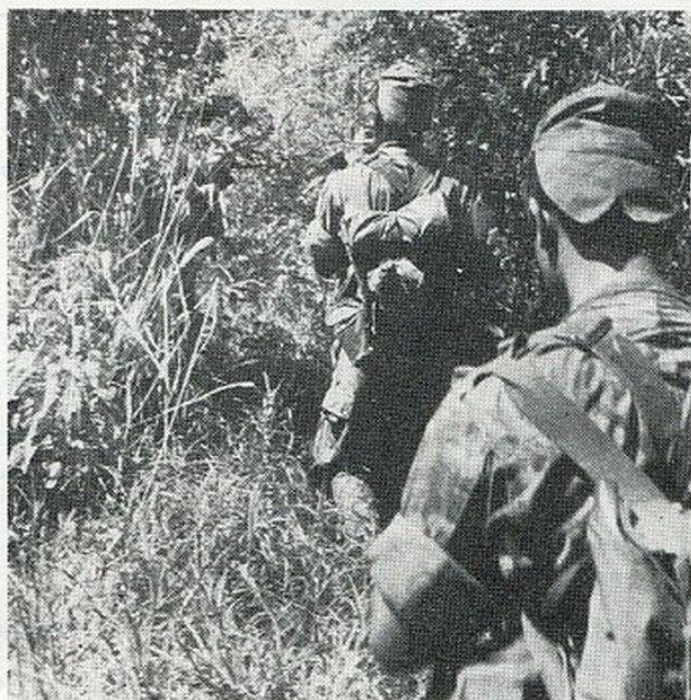
Temos o dever de lealdade e de elementar justiça para com todos aqueles que, tendo servido nas Forças Armadas Portuguesas, e vindo a ser, por isso mesmo, perseguidos nos antigos territórios lusófonos, vivem hoje em Portugal e conosco aqui se perfilam, de exigir que lhes seja concedida uma cidadania, que ganharam no terreno, pagando o tributo do sangue e da lealdade à bandeira.

A dignificação dos combatentes, não pode também deixar de passar pelo fortalecimento das instituições que naturalmente nos representam — a Liga dos Combatentes, as Associações ligadas aos vários Ramos das Forças Armadas.

O espírito associativo e de solidariedade, bem como tudo o que possa enriquecer a memória e a História das unidades, das campanhas, dos símbolos, deve ser especialmente cuidado e desenvolvido.

Sendo nossa a responsabilidade, compete-nos dar vida, dignificar e honrar este Monumento dedicado ao esforço dos Combatentes do Ultramar.

Poderão os espíritos mais timoratos assustar-se pelo facto de hoje estarmos aqui reunidos, com as nossas memórias, as nossas



histórias, os nossos símbolos, os nossos camaradas, os nossos mortos, e porque o fazemos neste dia 10 de Junho, Dia de Portugal, Dia de Camões, génio poético que foi soldado de Portugal e quis morrer com a Pátria em 1580.

Para além do que aqui declaradamente nos traz — juntarmos-nos num lugar simbólico que de direito nos pertence, para celebrar uma efeméride que nos é querida — outros quererão ver projectos e intenções, porventura ambíguos ou perigosos para as instituições.

Num tempo de fácil e premente teoria de conspiração, de um revivalismo de fantasmas, de processos de intenções, não faltarão tais vozes, nem aqueles que, interessada ou estupidamente lhes dêem ouvidos.

Antes que outros o façam, sejamos nós a responder pelas nossas intenções.

Esta jornada foi convocada e organizada por um grupo de Combatentes que tomou a iniciativa, não por se considerar monopolizador ou seu único representante, mas porque, em tempo e horas, decidiu que era importante avançar com uma afirmação de Combatentes, por Combatentes e para Combatentes, fazêmo-lo aberta e frontalmente perante o país.

Sem arrogância, mas também sem vergonha.

Sem partidarismo ideológico, mas com ideias, com valores, com princípios, com ética e, sobretudo, com uma imensa dedicação a Portugal.

Não se trata duma iniciativa política partidária, visando uma intervenção directa na área do poder político.

Nem se faz contra personalidades ou figuras da vida do Estado, ou na defesa de outras.

Não é isso que importa.

O que importa, para o futuro, e que os Combatentes aqui querem deixar expresso, é que nos sentimos orgulhosos do nosso passado, das nossas campanhas, das nossas operações, dos nossos chefes, dos nossos camaradas, dos nossos mortos.

Servimos Portugal e o Exército Português.

Não temos disso complexo nem intenção de pedir desculpa por esse facto.

Não pretendemos fazer política com os Combatentes, porque não pretendemos arregimentá-los ou arregimentarmo-nos para uma formação política, queremos sim, a partir de hoje, renovar nos Combatentes da Guerra do Ultramar, a sensibilidade aos problemas da Nação Portuguesa, neste final de século, aos perigos e aos inimigos da sua independência e da sua continuidade, dentro e fora das nossas fronteiras, à necessidade de prosseguirmos servindo.

Queremos que o espírito de solidariedade, de sacrifício, de disciplina, de patriotismo, que marcou e distinguiu os Combatentes, esteja bem presente, sempre que estes actuarem na vida do país.

Nesta Europa e neste Mundo do final do século milénio, queremos reafirmar a nossa esperança no futuro de Portugal, como nação independente, e na existência do Estado Português, como garante principal dos direitos e das liberdades dos Portugueses.

Queremos com o nosso esforço e o nosso exemplo, transmitir aos nossos filhos as grandes certezas que recebemos dos que nos precederam e deixar-lhes o caminho aberto para um futuro que lhes seja promissor e digno.

Finalmente, para todos os Povos de Língua Portuguesa, especialmente para os de África e Timor, vai a nossa mensagem de solidariedade e de saudade e os votos de que a Paz, a Liberdade, a possibilidade de uma vida digna para todos, homens e mulheres comuns, possa chegar.

Para todos os nossos compatriotas, especialmente para os que foram expedicionários no Ultramar entre 1961 e 1974, vai a certeza de que aqui estamos e estaremos, todos os anos, nos próximos 10 de Junho, para manter viva a memória que se quer honrar, dos que tombaram pela Pátria — dos nossos mortos!

E para que, não deixemos de os merecer, defendendo-a e transmitindo-a — Unida, Livre e Independente — aos que vierem depois de nós.

[foto publicada na edição n.58 da revista "Mama Sume"]





[foto publicada na edição n.58 da revista "Mama Sume"]